

A Greve de 1943 no Barreiro

Resistência e usos da memória

Vanessa de Almeida

vadealmeida@gmail.com

IELT/FCSH-UNL

ABSTRACT

Albeit being Portugal a neutral country, the first half of the 40s of last century was marked there by a deep social unrest, which was not unaware of the existence of a conflict at a global scale. The 27th July 1943 a strike irrupted at the factories of Companhia União Fabril (CUF) in Barreiro, that readily spread to the other manufacturing plants in that industrial town. The movement was organized and led by the Portuguese Communist Party, which at that time was also engaged in a self-reorganisative process. The amplitude of the movement was used by Salazar's dictatorship to justify the repression fiercely exerted against that town, that finally ended to its military occupation for years. To reflect on how the memories of the great strike survived through the years of the dictatorship and on the political uses of the memory around them, are other issues addressed in this text.

KEY-WORDS

Strike, CUF, Portuguese Communist Party, gender, repression, memory

RESUMO

Embora Portugal fosse um país neutral, a primeira metade da década de 40 do século XX foi ali dominada por profunda agitação social, a que não era alheia a existência de um conflito à escala mundial. A 27 de Julho de 1943 deflagra uma greve nas fábricas da Companhia União Fabril (CUF) que rapidamente alastrou a outras instalações fabris dessa vila industrial. Esse movimento foi organizado e conduzido pelo Partido Comunista Português que, à época também estava ocupado num processo auto-reorganizativo. A dimensão do movimento foi usada pela ditadura de Salazar para

justificar a repressão ferozmente exercida contra essa vila, que irá culminar na sua ocupação militar durante anos. Refletir sobre o modo como as memórias da grande greve sobreviveram nos anos da ditadura e sobre os usos políticos da memória em torno das mesmas, são outras das questões abordadas neste texto.

PALAVRAS-CHAVE

Greve, CUF, Partido Comunista Português, género, repressão, memória

“A semana passada foi ligeiramente alterada a
monotonia da vida quotidiana no Barreiro”

(*O Barreiro*, 5 de Agosto de 1943, p. 2).

Comemora-se este ano o septuagésimo aniversário da greve de 1943, que eclodiu não apenas no Barreiro, mas um pouco por todo o distrito de Setúbal e em diversas unidades fabris de Lisboa. A greve de Julho-Agosto é o acontecimento mais relevante para a identidade barreirense e para a construção da imagética da vila operária para o exterior, parte integrante da memória colectiva, reivindicada por diversos quadrantes da comunidade, não apenas pelo carácter emblemático de resistência ao regime de Salazar, prosseguida no tempo de Caetano, mas pelas consequências que no tempo longo dela advieram, traduzidas no adensar da repressão e na ocupação militar da vila, que só teve fim com o 25 de Abril de 1974. A greve de 1943 inscreve-se no ciclo de movimentos grevistas que, comumente centrado no triénio de 1942 a 1944, se pode considerar iniciado em Novembro de 1941, nas fábricas de lanifícios da Covilhã, e terminado em 1947, com a greve nos estaleiros navais de Lisboa. Um aspecto que convém salientar é o carácter não cumulativo destes movimentos, ou seja, onde num ano deflagra a greve, no ano seguinte não se repete. Neste contexto, a teorização em torno das greves enquanto escola de luta não encontra aplicabilidade, justificando a reflexão de Martinez-Alier de que a consciência dos perigos que comportamentos reivindicativos podem trazer, não exige um controlo repressivo por parte das classes dominantes por serem interiorizadas pelos dominados as poucas ou nulas hipóteses de alcançarem com êxito as suas reivindicações (Martinez-Alier 1971: 205-206 in Fernandes 1997: 56), remetendo-nos para a gestão racionalizada da *violência preventiva* e da *violência punitiva* praticada durante a ditadura (Rosas 2012: 190-210).

As greves da década de 40 colocam fim à pretensa paz social trazida com a implantação do Estado Novo. Pela primeira vez, desde o 18 de Janeiro de 1934, as greves e a contestação popular voltam à ordem do dia, beneficiando de uma conjuntura motivada pelo deflagrar da II Guerra Mundial em Setembro de 1939, apesar da

suposta neutralidade do regime de Salazar ou antes, da não-beligerância. A imposição da economia de guerra, a inflação galopante, a contenção salarial, o desemprego, a escassez de géneros, a sua venda no mercado negro a preços inacessíveis às camadas mais carenciadas da população e a sua saída do país com destino a Espanha ou aos países do Eixo, justificam a onda de protestos, motins populares e greves que irão varrer o país de Norte a Sul (Rosas 1995). Como recordou Sérgio Vilarigues, dirigente comunista na clandestinidade:

“(...) nessa altura era exigente pelo pão e pelo trabalho, por mais géneros alimentícios, contra a ida dos géneros para a Alemanha hitleriana e para a Espanha franquista, e pronto, chegavam-se a dar palavras de ordem (...) de ir buscar os géneros onde estes existissem. Se isto quer dizer assaltos, chamassem-lhe o que quisessem, o povo é que não devia passar mais fome para alimentar bandidos externos”.

Os relatórios dos governos civis, da PSP e da PVDE, são profícuos na descrição do ambiente vivido no Portugal de então, situação que tende a agravar-se a partir de 1941. A par da questão das subsistências, a falta de matérias-primas influi directamente na produção industrial, por exemplo, ao nível da indústria corticeira (ANTT,AOS/CO/IN-8-1 de Julho de 1943) e da CUF. Desde 1942 que a União Fabril vinha a registar deficiências na produção, que irão condicionar o horário semanal de trabalho e, conseqüentemente, os salários auferidos, sobretudo na zona têxtil. Na tentativa de mitigar o descontentamento do operariado, Manuel de Mello propõe no Conselho de Administração e Fiscal, dias antes de deflagrar a greve de Novembro de 1942, a concessão de um subsídio, proposta que seria aprovada (Arquivo CUF: Acta nº 1140, 6 de Outubro de 1942). Apesar desta medida, começam a ser efectuados despedimentos, justificando a adesão de operários da CUF do Barreiro ao surto grevista ocorrido em Outubro-Novembro de 1942, por solidariedade para com os colegas despedidos.

Para o clima de agitação social um outro factor irá influir decisivamente, sobretudo a partir de 1943, a noção que os países do Eixo estavam a recuar, e que o fim do nazismo e do fascismo era uma realidade com hora marcada. A destituição de Mussolini a 25 de Julho funciona como rastilho para os acontecimentos subsequentes, e todos são unânimes em considerar que o movimento grevista iniciado a 26 de Julho nos estaleiros da CUF em Lisboa, foi uma consequência directa da evolução do conflito mundial. A par da situação vivida em Itália, também a Leste se iniciava a “grande retirada”, que iria levar a bandeira soviética a flutuar na Porta de Brandemburgo, em Berlim, anunciando a derrota de Hitler e, tal como recordou Artur Santos Tavares, antigo operário da CUF, “(...) as pessoas associavam o fim do regime ao fim da guerra”.

Mas mesmo antes do incentivo que a notícia da destituição de Mussolini viria a trazer, as forças repressivas do regime sabiam que estava a preparar-se um novo movimento de contestação. Num relatório da PVDE de 19 de Julho dá-se conta que:

“Já há dias que se vinha falando em greves nas construções navais (CUF, Parry & Son e Argibay). Tomaram-se algumas providências de forma a prejudicar qualquer movimento, mas mesmo assim mantinha-se a impressão de que não seria evitada qualquer tentativa de greve (...). Como se verificasse que a ideia não desaparecia e estivesse marcado o dia para a sua eclosão, efectuaram-se algumas prisões que, felizmente e pela segunda vez em dois meses fizeram abortar o preparado movimento” (ANTT,AOS/CO/IN/8D 24º Relatório, 19 de Julho de 1943).

Data de 21 de Julho o primeiro manifesto do Secretariado do Comité Central do PCP intitulado *À greve! Pelo aumento dos salários!*, o que permite concluir a não correlação directa entre os acontecimentos em Itália e o surto grevista, embora nos manifestos seguintes a queda do regime de Mussolini sirva de encorajamento para a perseguição do movimento.

Em 1943 está em curso o processo reorganizativo do PCP, iniciado em 1940, por um conjunto de militantes libertados do Tarrafal e do Forte de Angra, obedecendo a indicações transmitidas pelo secretário-geral Bento Gonçalves. Não cabendo aqui a temática da Reorganização (Pereira 2001: parte I), importa tê-la em consideração, visto a mesma influir decisivamente no grau de intervenção do PCP nos movimentos grevistas da década de 40. Este será, aliás, objecto de intensa discussão no seio da organização partidária, como os informes apresentados no I e II Congressos Ilegais, em Novembro de 1943 e Agosto de 1946 ilustram (Alberto 1944 e Duarte, 1997 [1946]). Importa sublinhar que o Barreiro não passou incólume a este processo reorganizativo, como refere José Maria do Rosário, militante comunista e operário da CUF, contactado pelos reorganizadores para combater o “Grupelho Provocatório”: “(...) por esta altura constituía um sério problema neste sector pelo numeroso grupo de gente séria que ainda conseguia tocar provocando a confusão e a desconfiança em relação ao P.[artido] e aos seus mais destacados dirigentes” (ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. GT 159). Por “Grupelho”, como se diz além, entendia-se a direcção anterior à Reorganização que, acreditava-se, estava infiltrada por agentes policiais.

Todavia, já em 1942, a par da propaganda dos países em guerra, devidamente apreendida, o jornal *Avante!* ressurgiu no Barreiro, o que significa que os reorganizadores tinham conquistado a organização local, demonstrando a importância da vila para o PCP, a que não será alheia a importante concentração operária aí existente. Estamos a falar de anos em que o número de funcionários clandestinos era muito reduzido, exigindo um esforço acrescido para o estabelecimento de ligações partidárias. A título de exemplo, só em 1944, serão feitos os primeiros contactos com a organização de Viana do Castelo, por Pires Jorge, membro do Secretariado do PCP, referenciado como sendo aquele “(...) que em fins de 1944 ou princípios de 1945 apareceu em Viana do Castelo para ligar a “organização” local ao “partido”, dado estarem ligados, até

aquela altura, a elementos irradiados, tendo feito várias visitas aquela localidade em controle da “organização partidária” (ANTT, Arq. PIDE/DGS, GT 58, NT 1389).

Aquando da greve de 1942, enredado no processo reorganizativo, o PCP é ultrapassado pelos acontecimentos, confrontado com um movimento de carácter espontâneo no qual não tivera intervenção. Como é reconhecido em Congresso, “o Secretariado manteve-se durante o movimento de 1942 quase totalmente desligado das massas trabalhadoras em luta, desconhecendo as realidades concretas e por consequência, sem possibilidades de orientar convenientemente os trabalhadores em greve” (Alberto 1944: 10-11).

Em 1943 a situação apresenta-se radicalmente diferente. Numa carta dirigida a Militão Ribeiro, membro do secretariado do PCP, detido à época, e que se apresentava como uma das vozes críticas relativamente à organização da greve de Julho-Agosto, José Gregório, membro do mesmo organismo, irá responder:

“Tendo o Secretariado verificado, em Julho p.p. uma forte vontade de lutar, por intermédio da greve, por parte dos trabalhadores dalgumas empresas de Lisboa e Almada, mas para que a luta na região de Lisboa tivesse mais amplitude e repercussão em todo o País (...) aconselhou os camaradas e as massas das ditas empresas a esperarem, e procurou, ao mesmo tempo, ver quais as condições existentes em relação a um possível alastramento do movimento. (...) Em tais circunstâncias (...) e ante o perigo de ir a reboque dos acontecimentos em vez de ocupar o seu posto de dirigente o Sec.[retariado] procedeu à confeção do primeiro manifesto” (ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. 507/42, NT 4755, 2º vol.).

O mesmo concluiu mais tarde que o “nosso Partido foi o fomentador, organizador e dirigente, antes, durante e depois do movimento de Julho-Agosto de 43” (Alberto 1944:11). A 26 de Julho de 1943, cinco dias após o manifesto do PCP, e apesar do medo fomentado pelas prisões entretanto efectuadas, “conforme o plano estabelecido pelo Partido, a greve eclodiu.”. Primeiro, da parte da tarde, nos Estaleiros da Rocha Conde de Óbidos, em Lisboa, seguindo-se os estaleiros da Parry & Son e várias fábricas corticeiras em Almada. No segundo dia de greve, um novo manifesto do PCP, *Unidos na greve até à vitória*, refere-se às prisões já efectuadas. Será neste dia, 27 de Julho, com a adesão dos operários da CUF do Barreiro, que o movimento ganha uma dimensão nunca vista nos anos da ditadura, transformando a vila camarra no epicentro da greve. Rodas Nepervil, operário na secção têxtil da CUF, recordava assim os acontecimentos desse dia:

“A greve começou na parte da mecânica (...). Aquilo foi uma coisa...ateu parecia um incêndio. Da parte da manhã, parou tudo lá em baixo. Parou caldeiraria, parou a fundição, parou adubos, parou tudo. Eles vieram ao nosso encontro, à zona têxtil. A gente ainda trabalhou esse meio-dia de manhã, que a gente não sabia bem o que se estava a passar, mas depois transmitiram. Eles

vieram ter com a gente, a dizer que está tudo parado, temos de ir para a greve. (...). De tarde entrámos para o trabalho. Não mexia uma mosca!”

No dia seguinte, ao serem impedidos de entrar na CUF pelas forças policiais, os operários vão percorrer a vila em duas *marchas da fome*, conseguindo a adesão da indústria corticeira e dos operários da construção civil. Mas não encontram apoio nas Oficinas da CP, criando uma fissura entre as duas classes que demoraria vários anos a sarar:

“Parem, ajudem os vossos companheiros, os vossos companheiros, ajudem a gente! E eles nunca pararam! Um cordão de polícias, eles baixavam a cabeça para baixo e nunca pararam. Era gente caída por um lado, era crianças a chorar, aquilo foi um drama nunca visto, foi um drama que se passou nunca visto! (...) Eles nunca pararam, nunca pararam um minuto, nunca pararam um minuto, nunca ajudaram a gente em nada!” (Rodas Nepervil).

Esta será uma das fraquezas que a greve de 1943 apresenta, o não ter conseguido mobilizar operários de fábricas ou serviços considerados essenciais para o alastrar do movimento. Uma das justificações encontradas foi, a par de serem indústrias que não estavam dependentes da existência de matérias-primas para o correcto funcionamento, oferecerem maior estabilidade salarial aos operários que nelas trabalhavam. Referindo-se à não adesão da Carris, Sérgio Vilarigues comenta: “era emprego certo, creio que eram os únicos que recebiam ao mês. E a Carris de Lisboa se fosse para a greve, nessa altura, ai isso levava mais, dezenas de empresas que ainda não estavam metidas nela”. Outra das lacunas prende-se com a duração do movimento. Quando são lançadas as palavras de ordem nos vários manifestos difundidos, o seu término nunca é considerado, e quando se dá finalmente a ordem para recuar, a 4 de Agosto, verifica-se que o recuo é fruto da brutal repressão e da consequente desmotivação dos operários para continuar em greve. No dia 28, a repressão desencadeada no Barreiro reveste-se de violência extrema. A par das forças locais da GNR e PSP, chegam contingentes militares de Beja, Vendas Novas, Extremoz e Évora. É instituído o que então se designa por suspensão de garantias, que mais não é do que o recolher obrigatório a partir das 23 horas, que seria levantado apenas a 4 de Setembro. As prisões sucedem-se a um ritmo alucinante, ocorrendo mesmo quando tem início a nova inscrição dos operários da CUF, entretanto considerados despedidos, ficando a sua readmissão dependente dos Serviços de Mobilização Industrial, que promove a integração de quinhentos legionários em substituição de grevistas presos nas secções consideradas essenciais. Nas palavras do operário corticeiro João Porfírio Cordeiro: “as prisões estavam tão cheias, que foram ali para o armazém (...) para depois poderem ir para Lisboa. Aquilo no Campo Pequeno foi cheio de malta, tudo preso nessa altura”.

Um aspecto que convém destacar no que concerne, não apenas à greve de 1943, como aos demais movimentos grevistas, *marchas da fome*, manifestações que varrem

o país nos anos da guerra, é o protagonismo assumido pelas mulheres, que pela primeira vez surgem no espaço público, encabeçando protestos, gritando palavras de ordem, causando distúrbios e grande alarido (ANTT, Proc. 906/43, NT 4813, vol. 14, fl. 19 e Silva 2005:53), procurando pelos familiares presos, injuriando “*amarelos*”. Como recordou Belmira Cabrita, que em 1943 percorreu os espaços de detenção à procura do marido:

“[as mulheres] deitavam-se no chão para não deixar os eléctricos [passar]. Porque os homens da Carris não queriam fazer greve e os outros estavam todos presos. (...) Era só bandos de mulheres pelas ruas, à procura, umas procuravam aqui, outras procuravam por ali. E eu fui dar com o meu marido, mais dois irmãos, no Mercado Geral de Gado”.

A participação das mulheres é fácil de entender, se considerarmos que mais do que questões de ordem salarial, ou protestos contra a instituição do desconto para o abono de família, o que estava em causa eram problemas de ordem quotidiana, de sobrevivência, questão que lhes tocava directamente enquanto gestoras da célula doméstica (Ferreira 2001: 236).

Folheando as fotografias de cadastro da PIDE/DGS encontramos algumas mulheres, poucas, sobretudo relacionadas com os motins ocorridos no Norte do país. Aliás, não são as únicas ausentes. Do levantamento que temos vindo a efectuar dos presos de 1943, muitos são os que não aparecem no RGP, tendo muito provavelmente ficado pelas esquadras da polícia, GNR, governos civis, sem passar pela PVDE, o que ilustra a dificuldade em contabilizar com rigor o número de presos políticos feitos pela ditadura portuguesa.

Como já mencionámos, é instituído no Barreiro um Comando Militar, ao qual seriam subordinadas a GNR e PSP locais, esta última vindo a retirar-se definitivamente em 1947, sendo a partir de então o policiamento da vila garantido exclusivamente pela GNR. A situação de terror, de fomento a uma cultura do medo iria manter-se por mais três décadas, contribuindo para a imagem de vila mítica do imaginário antifascista nacional (Narotzky e Smith 2002: 200). A 4 de Junho de 1974, a Comissão Administrativa da CMB alertava para o facto de a GNR ainda se manter no concelho, fazendo notar que “a GNR encontra-se a ocupar militarmente a vila do Barreiro há 30 anos, o que necessariamente tem vindo a provocar na população uma psique traumatizante, quer pela sua actuação em casos específicos de violência, quer pela simples presença física e beligerante” (AMB).

A manutenção do regime até 1974, com recurso a distintos mecanismos de controlo da comunidade, justificou que a memória da greve de 1943 fosse, durante três décadas, remetida para a clandestinidade. Como refere Enzo Traverso, “A “visibilidade” e o reconhecimento de uma memória dependem também da força de quem a possuiu” (Traverso 2012: 71-72). A proibição de exercer no espaço público qualquer acção política,

justificou o recuo para a esfera privada da construção da identidade política, a qual seria transmitida no seio da célula doméstica, em espaços de sociabilidade como sejam as colectividades, ou através da própria organização partidária (Narotzky e Smith 2002: 209). A situação só se alterou em 1969 com a candidatura da CDE às eleições para deputados onde, e apesar da manipulação dos votos levada a cabo pelas forças afetas ao poder, a lista da Oposição venceu no Barreiro por 61%, o que justificou a afirmação de que este era “O concelho mais politizado do distrito, senão do país” (MDDS 1973: 192)

Dez anos volvidos do acontecimento de 1943, o *Avante!* rememorava nas suas páginas “maior greve operária desde a subida do fascismo ao poder” (*Avante!*, VI Série, nº 179, Agosto de 1953). Também em 1958, após a fraude nas eleições presidenciais, e em comunicado de incentivo à greve apelava-se para os “VALENTES TRABALHADORES DA CUF! Vós, que tantas provas de luta tendes dado em favor das liberdades democráticas; vós, que tendes estado sempre nas primeiras filas de combate, nomeadamente, nas GREVES de 1943 (...)” (CGTB 1958), o que permite interpretar a greve de Julho-Agosto como o acontecimento de ruptura, o acontecimento-símbolo de resistência aos regime, embora a imagem do Barreiro como “um povo desvairado e inquieto, vogando ainda e sempre ao sabor do vento desvairado das mais falsas ideologias” remontasse à I República (Pais 1965: 41).

Efetivamente, não se voltou a verificar um acontecimento de idênticas dimensões no Barreiro, justificado pelo trauma advindo das consequências; pelos despedimentos, prisões, e pela saída forçada do concelho daqueles que participaram no movimento, por lhes ser negado emprego. O silenciamento da memória pública da vila operária, permite-nos adjectivar a memória da greve como *memória fraca*, face à *memória forte* do regime nos anos da ditadura (Traverso 2012: 72). Após o recalçamento forçado seguiu-se uma anamnese, muitas vezes referida por barreirenses não ligados ao PCP, que não deixam de reconhecer o papel organizador desse partido.

Curiosamente, a greve de 1943 só será comemorada pela autarquia em 2003, dois anos após o candidato Emídio Xavier conquistar, pela primeira vez para o PS, a Câmara Municipal à CDU. Até então, a história do movimento operário barreirense estivera praticamente ausente das actividades promovidas pela CMB, privilegiando-se o estudo de épocas mais recuadas, dinamizando-se nas décadas de 80 e 90 diversas campanhas arqueológicas, valorizando-se realidades directamente relacionadas com a época dos Descobrimentos. Só em 2000, com a contratação dos serviços do Centro de Análise Social, para realização do *Projecto Memória*, com o intuito de recolher testemunhos de residentes no concelho com mais de 60 anos de idade, com o objectivo de criar um “arquivo/museu das vozes/memória do Barreiro”, hoje integrados no projecto FHORAL (Fundo de História Oral) conservado nas Reservas Museológicas da CMB, esta situação sofre uma alteração. A ausência do universo fabril contemporâneo poderá residir no trauma provocado pelo encerramento das

fábricas, com particular destaque para a CUF, e a vontade de criar uma nova imagem de Barreiro para o exterior, independentemente da cidade continuar a ser identificada pela sua natureza industrial.

Em 2002, a Câmara socialista promove as comemorações do nascimento de Manuel Cabanas, ferroviário e xilogravador, que se destacara no Barreiro não apenas pela sua produção artística, mas também pela actividade de oposição ao regime, a qual resultara num elevado número de prisões. Democrata convicto, representante da candidatura de Humberto Delgado no concelho, Manuel Cabanas nunca perfilhou o ideário comunista, sendo um dos membros fundadores do Partido Socialista. No nosso entender, as comemorações do centenário do seu nascimento podem por isso ser interpretadas como instrumento de afirmação no espaço público da nova força política no concelho, reportando a um dos fundadores do partido que, em simultâneo, se destacara pelo seu papel de oposicionista, transmitindo assim a ideia de que a resistência protagonizada pelo Barreiro não fora da exclusiva responsabilidade dos comunistas. Em 2003, promovem-se as comemorações da greve de Julho-Agosto. A CMB anuncia um conjunto de actividades culturais que originarão uma revolta ético-política por parte da organização local do PCP e alguns dos seus militantes, por serem interpretadas como uma tentativa de marginalização e silenciamento do papel desempenhado pelo partido (*Avante!*, 3 de Julho de 2003), apesar do apoio dado pelo arquivo central do PCP (GES) na disponibilização de documentação e na participação do dirigente histórico Sérgio Vilarigues no documentário então realizado. Como reacção foi anunciada a criação do Centro de Memórias da Resistência, na sede local da organização, que nunca se veio a concretizar (*Notícias do Barreiro*, 30 de Julho de 2003). Se as comemorações promovidas pela CMB sobre as greves de Julho-Agosto em 2003 podem ser interpretadas, por alguns, como uma estratégia político-partidária, de apropriação da memória de resistência pelo PS, a verdade é que permitiram libertar do espaço privado, a que estava confinada, a memória colectiva da cidade.

ENTREVISTAS DE

Belmira Cabrita
João Porfírio Cordeiro
Rodas Nepervil
Sérgio Vilarigues

FONTES

Alberto [José Gregório] (1944). *O Partido e as Grandes Greves de 1942 e 1943*, s.l., Editorial «Avante!», 1944.

AMB (Arquivo Municipal do Barreiro)

ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), AOS/CO/IN-8, *Comando Geral da PSP – Relatório de carácter político, social do continente e ilhas*, 1 de Julho de 1943.

ANTT, AOS/CO/IN/8D – Relatórios semanais da PVDE sobre a situação interna portuguesa e a situação internacional, *24º Relatório*, 19 de Julho de 1943.

ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. GT 159: COSTA, José Maria do Rosário, *Biografia*.

ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. GT 58, NT 1389.

ANTT, Arq. PIDE/DGS, Proc. PC 507/42, NT 4755, 2º vol: ALBERTO [José Gregório], *Prezado Camarada, Saúde...* (30/9/1943).

ANTT, Proc. PC 906/43, NT 4813, vol. 14.

Arquivo CUF, *Livro 15 de Actas das Reuniões do Conselho de Administração da Companhia União Fabril*, Acta nº 1140, 6 de Outubro de 1942.

DUARTE [Álvaro Cunhal], *O caminho para o derrubamento do fascismo*, Lisboa, Editorial «Avante!», 1997 [1946].

BIBLIOGRAFIA

Avante!, VI Série, nº 179, Agosto de 1953

Avante!, 3 de Julho de 2003

O Barreiro, 5 de Agosto de 1943

CGTB (Comité de Greve dos Trabalhadores do Barreiro). *VALENTES TRABALHADORES DA CUF!* 2 de Julho de 1958

Fernandes, Margarida (1997). Processos Globais e estratégias locais – A questão das ideologias na “Reforma Agrária” portuguesa. *Arquivos da Memória*, nº 3, 1997.

Ferreira, Sónia (2001). *A Fábrica e a Rua*, Castro Verde, 100 Luz, 2001.

Martinez-Alier, Juan (1971). *Labourers and Landowners in Southern Spain*. London: George Allen & Unwin.

MDDS (Movimento Democrático do Distrito de Setúbal) (1973). *Teses apresentadas ao III Congresso da Oposição Democrática*. s.l.:Ed. da Comissão Distrital de Setúbal do III Congresso da Oposição Democrática.

Narotzky, Susana & Smith, Gavin (2002). Being *politico* in Spain. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics. *History & Memory*, Indiana University Press, 2002.

Notícias do Barreiro, 30 de Julho de 2003.

Pais, Armando da Silva (1965). *O Barreiro Contemporâneo*. I Vol., Barreiro: CMB.

Pereira, José Pacheco (2001). *Álvaro Cunhal. Uma Biografia Política. «Duarte», o Dirigente Clandestino (1941-1949)*. II vol., Lisboa: Temas e Debates, 2001, Parte I.

Rosas, Fernando (1995). *Portugal entre a Paz e a Guerra 1939-1945*, Lisboa, Ed. Estampa.

Rosas, Fernando (2012). *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China.

O Século, 29 de Julho de 1943.

Silva, José Miguel Leal da (2005). *60 anos depois...As Fotografias da Greve de 1943. 60º Aniversário da Greve de 1943 no Barreiro – Comunicações*. Barreiro: CMB.

Traverso, Enzo (2012), *O passado, modos de usar. História, memória e política*, s.l., Unipop, 2012.

Ubimuseum

Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior